

Projeto de Lei n.º 005/2003 de 14 de abril de 2003.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2004 e dá outras providências.

O Sr. Raimundo José de Oliveira, Prefeito Municipal de Salto do Céu – Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições conferidas em lei.:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício 2004 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício 2004 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Artigo 3.º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2004, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2002/2005.

Artigo 4.º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2.004 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

- a) Educação;
- b) Saúde e Saneamento;
- c) Infra-Estrutura Urbana Básica;
- d) Modernização Administrativa Funcional;
- e) Política Salarial de acordo a vigente;
- f) Promoção e Assistência Social;
- g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

- a) Pagamento do serviço da dívida;
- b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
- c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
- d) Cobertura de precatórios judiciais;
- e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
- f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
- g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância aos demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devam ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentaria do exercício de 2003, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação as despesas de caracter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferencias intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentaria.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível na ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo o que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 – Para fins do disposto da alínea “e”, inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado

convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei específica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

- I - Empaer
- II – Policias Civil e Militar
- III – Indea
- IV – Fema
- V – Tribunal Regional Eleitoral

Artigo 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixadas nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver previa dotação orçamentaria suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 – Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

Artigo 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente à 3 % (cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares a à conta de reserva do caput, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o caput deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

Artigo 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentaria para o exercício de 2.004 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentaria àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentaria, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2.004, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Artigo 21 – Até 30 de Novembro de 2003, o executivo poderá encaminhar ao legislativo projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

- a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do I.P.T.U.;
- b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
- c) Atualização das taxas municipais;
- d) Contribuição de Melhorias;
- e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 23 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentaria até o início do exercício de 2004, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentaria até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 24 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Raimundo José de Oliveira
Prefeito Municipal

Órgão:02- GABINETE DO PREFEITO				
Unidade:01- GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES				
Programa: 003- ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/2.003	Manut. Enc. c/Gabinete	Manter as atividades essenciais de manutenção de custeio do gabinete do prefeito.	01	185.864,00

Órgão: 02- GABINETE DO PREFEITO				
Unidade: 01- GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES				
Programa:011- DIVULGAÇÃO OFICIAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/2.004	Comunicação Social	Divulgar os atos oficiais e atender os princípios da publicidade conforme legislação vigente.	01	16.233,00

Órgão:03-SECRETARIA MUN.PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
Unidade:01- GABINETE DO SECRETÁRIO				
Programa: 003-ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/1.010	Ampliação e reforma do paço municipal.	Ampliar o paço administrativo municipal dando-lhe melhor condição de trabalho.	01	21.041,00

Órgão: 03-SECRETARIA MUN.PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
Unidade: 01- GABINETE DO SECRETÁRIO				
Programa: 003-ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/1.007	Aquisição de Veículo	Dotar a secretaria de planejamento, administração e finanças com automóvel para dinamizar as atividades do setor.	01	30.000,00

Órgão: 03-SECRETARIA MUN.PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
Unidade: 01- GABINETE DO SECRETÁRIO				
Programa:026-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/1.009	Aquisição de Equipamentos de Informática e Acessórios	Informatização da administração municipal, visando melhorar e agilizar os serviços públicos.	02	9.293,22

Órgão: 03-SECRETARIA MUN.PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
Unidade: 01- GABINETE DO SECRETÁRIO				
Programa: 003-ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/1.008	Aquisição de Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios.	Equipar várias unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, tornando-as mais eficiente.	02	9.293,00

Órgão: 04-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade: 01-GABINETE DO SECRETÁRIO				
Programa: 078-ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
10/1.025	Construção de laboratório de análise clínica municipal.	Construção de laboratório, para buscar e oferecer maior suporte em exames de pacientes e assistência dos municípios proporcionando melhores condições de saúde a população.	01	30.000,00

Órgão: 04-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade: 01-GABINETE DO SECRETÁRIO				
Programa: 083-EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
10/1.032	Aquisição de equipamentos máquinas, móveis e utensílios para as unidades de saúde.	Adquirir equipamentos, máquinas, móveis e utensílios necessários à realização das atividades fins das unidades de saúde.	01	13.000,00

Órgão:05-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL				
Unidade:01-GABINETE DO SECRETÁRIO E UNIDADES				
Programa: 090-ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
08/1.040	Aquisição de equipamentos e material permanente.	Adquirir equipamentos e material permanente, necessários à realização das atividades e fins da secretaria municipal de ação social.	03	11.616,00

Órgão:05-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL				
Unidade:01-GABINETE DO SECRETÁRIO E UNIDADES				
Programa: 090-ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
08/2.023	Manutenção e encargos da secretaria municipal de ação social.	Manter as atividades essenciais à manutenção e custeio da secretaria municipal de ação social.	01	104.549,00

Órgão:05-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL				
Unidade:01-GABINETE DO SECRETÁRIO E UNIDADES				
Programa: 092-ASSISTÊNCIA A IDOSOS				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
08/2.024	Implantação de projetos para assistência social diversos.	Ampliar as áreas de assistência social, proporcionando assistência social em diversas áreas sociais em parceria com as demais esferas de governo.		13.940,00

Órgão:06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
Unidade:01-GABINETE DO SECRETARIO				
Programa: 039-EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
12/1.044	Ampliação e reforma da creche.	Ampliação da creche. Oferecer assistência médica, educacional e nutricional para as crianças carentes de 0 a 4 anos e proporcionar condições de trabalho fora de casa para as mães melhorando a renda familiar.	01	30.000,00

Órgão: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
Unidade:02-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR				
Programa:040-EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
12/1.048	Construção, ampliação e reforma de escolas municipais.	Construção, ampliação e reforma de escolas. Construir, ampliar e reformar as unidades de ensino proporcionando melhorias nas instalações físicas das escolas para condicionar melhoria na qualidade de ensino.	04	58.082,00

Órgão: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
Unidade: 02-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR				
Programa:035-TRANSPORTE ESCOLAR				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
12/1.050	Aquisição de veículos para o transporte escolar.	Adquirir veículos (ônibus, microônibus, kombi ou van) para melhorar e proporcionar o transporte escolar dos alunos residentes da zona rural até às localidades de ensino.	01	69.699,00

Órgão: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
Unidade: 02-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR				
Programa: 026-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
12/1.049	Laboratório de Informática	Construir laboratório e aquisição de equipamentos, proporcionado uma melhor aprendizagem na área de informática aos alunos da rede municipal de ensino.	02	34.849,00

Órgão: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
Unidade: 01-GABINETE DO SECRETARIO				
Programa: 003-ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/2.029	Manutenção e encargos do gabinete do secretário de educação.	Manter as atividades essenciais à manutenção e custeio da secretaria municipal de educação, cultura, desporto e lazer.	01	6.000,00

Órgão: 07-SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS				
Unidade: 03-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM				
Programa: 101-TRANSPORTE RODOVIÁRIO				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
26/1.076	Aquisição de máquinas, caminhões e veículos de apoio.	Adquirir máquinas, caminhões e veículos de apoio, para ampliar a capacidade de trabalho da secretaria de obras.	02	60.000,00

Órgão: 07-SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS				
Unidade:01-GABINETE DO SECRETARIO				
Programa: 003-ADMINISTRAÇÃO				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
04/1.065	Aquisição de equipamentos, máquinas, móveis e utensílios.	Adquirir equipamentos, máquinas, móveis e utensílios, necessários para o bom funcionamento da secretaria.	02	9.293,00

Anexo I

Relação de Prioridades e Metas para o exercício de 2004.

Órgão:01- CÂMARA MUNICIPAL				
Unidade:01-CÂMARA MUNICIPAL				
Programa: 001-PROCESSO LEGISLATIVO				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
01/1.002	Aquisição de veículo	Dotar o poder Legislativo de veículo capaz de atender a demanda do serviço legislativo.	01	25.556,36

Órgão: 01- CÂMARA MUNICIPAL				
Unidade: 01-CÂMARA MUNICIPAL				
Programa: 001-PROCESSO LEGISLATIVO				
Função Sub-Função	Prioridades	Metas	Meta Física	Meta Financeira
01/1.003	Aquisição de equipamentos, aparelho, máquinas, móveis e utensílios.	Dotar o poder Legislativo com equipamentos capazes de agilizar o serviço e andamento.	01	3.484,95

